

## MATERNIDADES, PATERNIDADES E CUIDADOS: REVISITANDO A PRODUÇÃO DE 40 ANOS DA REVISTA OIKOS.

### MATERNITY, PATERNITY AND CARE: REVISITING THE 40-YEAR PRODUCTION OF REVISTA OIKOS

### MATERNIDAD, PATERNIDAD Y CUIDADO: REVISITANDO LA PRODUCCIÓN DE 40 AÑOS DE REVISTA OIKOS

Juliana Borges de Souza<sup>1</sup>  
Ricardo Andrade Coitinho Filho<sup>2</sup>  
Marcos Antônio Ferreira do Nascimento<sup>3</sup>

#### Resumo

Para esta edição comemorativa de 40 anos da revista *Oikos: Famílias e Sociedade em Debate*, propomos uma avaliação crítica sobre a produção acadêmica dos artigos temáticos sobre Maternidades, Paternidades e Cuidados. Para tanto, realizamos uma busca no periódico em questão analisando os artigos desses 40 anos de existência, além de uma revisão bibliográfica. Chegamos ao universo de 13 artigos, que subdividimos em Maternidade e Interseccionalidade; Maternidade e Cuidado; e Representações Sociais sobre a Paternidade e a Maternidade. Sobre a autoria, destacamos que houve 38 autoras/es, dentre os quais três são do gênero masculino e 35 são do gênero feminino. Sobre a região das/os autoras/es: 11 artigos correspondem à região Sudeste, 1 à região Sul e 1 à região Nordeste. E sobre a formação das/os pesquisadoras/os, existe uma diversidade de áreas, sendo a maioria dos pesquisadores formados em economia doméstica; mas existe também a presença de pessoas com titulações em direito, administração, serviço social e demografia, entre outras. Concluímos que a maternidade e paternidade implica a construção de um repertório de cuidados, influenciado por marcadores sociais da diferença para além do gênero: cor/raça, geração, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, pessoa com deficiência etc. que precisam ser levadas em consideração para compreender as dinâmicas parentais e familiares e seus desafios teóricos e práticos na contemporaneidade

**Palavras-chave:** Gênero. Cuidado. Produção acadêmica.

#### Abstract

For this 40th anniversary edition of the *Oikos Magazine: Families and Society in Debate*, we propose a critical assessment of the academic production of thematic articles on maternity, paternity, and care. Therefore, we performed a search in the journal in question, analyzing the articles from these 40 years of existence and conducting a literature review. We arrived at the universe of 13 articles, subdivided into Maternity and Intersectionality; Maternity and Care; and Social Representations on Paternity and Maternity. We highlight that there were 38 authors, among which 3 are male and 35 are female. About the region of the authors: 11 articles correspond to the Southeast region, 1 from the South region, and 1 from the Northeast region. And regarding the training of researchers, there are various areas, most of them researchers trained in the domestic economy, but there is the presence of people with degrees in law, administration, social work, demography, among others. We

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ). Professora substituta do curso de hotelaria do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria pela UFRRJ. Membro do Hosplaz (Estudos Sociais em Hospitalidade e Lazer) e Conectividades - Estudos sobre famílias e parentesco. E-mail: [juliana\\_borges\\_souza@hotmail.com](mailto:juliana_borges_souza@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8960-2328>

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia (UFF). Pesquisador do CULTIS - Núcleo de Estudos em Cultura, Identidades e Subjetividades - e do Laboratório Conectividades- Estudos sobre famílias e parentesco - UFRRJ. E-mail [ricardoacf@id.uff.br](mailto:ricardoacf@id.uff.br) e <https://orcid.org/0000-0001-8909-7731>

<sup>3</sup> Doutor em Saúde Coletiva (IMS/UERJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz. E-mail: [m2nascimento@gmail.com](mailto:m2nascimento@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3363-4232>

conclude that maternity and paternity imply the construction of a caregiving repertoire, influenced by social markers of difference beyond gender: color/race, generation, social class, sexual orientation, gender identity, people with disabilities, etc. that need to be taken into consideration to understand the parental and family dynamics and their theoretical and practical challenges in contemporaneity.

**Keywords:** Gender. Care. Academic production.

### Resumen

Para esta edición del 40 aniversario de la Revista Oikos: Familias y Sociedad en Debate, proponemos una valoración crítica de la producción académica de artículos temáticos sobre maternidad, paternidad y cuidados. Por ello, realizamos una búsqueda en la revista, analizando los artículos de estos 40 años de existencia, además de realizar una revisión de la literatura. Llegamos al universo de 13 artículos, que subdividimos en Maternidad e Interseccionalidad; Maternidad y Cuidados; y Representaciones Sociales sobre Paternidad y Maternidad. Sobre la autoría, destacamos que hubo 38 autores, de los cuales 3 son hombres y 35 son mujeres. Sobre la región de los autores: 11 artículos corresponden al Sureste, 1 al Sur y 1 al Nordeste. Y en cuanto a la formación de investigadores, hay una variedad de áreas, la mayoría investigadores formados en economía doméstica, pero hay presencia de personas con títulos en derecho, administración, trabajo social, demografía, entre otros. Concluimos que la maternidad y la paternidad implican la construcción de un repertorio asistencial, influenciado por marcadores sociales de diferencia más allá del género: color / raza, generación, clase social, orientación sexual, identidad de género, personas con discapacidad, etc. que es necesario tener en cuenta. consideración para comprender la dinámica parental y familiar y sus desafíos teóricos y prácticos en la contemporaneidad.

**Palabras clave:** Género. Cuidados. Producción académica.

## INTRODUÇÃO

O gênero é uma categoria analítica de compreensão da sociedade. Por meio dessa categoria, entendemos o sistema de práticas que classificam, organizam e produzem os valores sociais (SCOTT, 1995). Para Butler (2006), o gênero é ele próprio uma norma, que é resultado de repetições constitutivas, e dessa forma somos subjetivados pelo gênero. Somado às classificações e identificações dos sujeitos a partir de raça, classe, gênero, sexualidade etc. (HIRATA, 2014), construímos as ideias contemporâneas sobre maternidade e paternidade em diferentes contextos culturais.

Para esta edição comemorativa de 40 anos da revista *Oikos: Famílias e Sociedade em Debate* propomos uma avaliação crítica sobre a produção acadêmica dos artigos temáticos sobre Maternidades, Paternidades e Cuidados. Para tanto, realizamos uma busca no periódico em questão, analisando os artigos destes 40 anos de existência, além de realizar uma revisão bibliográfica. Chegamos ao universo de 13 artigos, que subdividimos em Maternidade e Interseccionalidade; Maternidade e Cuidado; e Representações Sociais da Paternidade e da Maternidade. Sobre a autoria, destacamos que encontramos 8 autoras/es, dentre os quais três são do gênero masculino e 35 são do gênero feminino. Sobre a região das/os autoras/es: 11 artigos correspondem à região Sudeste, 1 à região Sul e 1 à região Nordeste. E sobre a formação das/os autoras/es, existe uma diversidade de áreas, sendo a maioria dos pesquisadores formados em economia doméstica, mas existe a presença de pessoas com

titulações em direito, administração, serviço social e demografia, entre outras, como apontado na tabela a seguir:

**Tabela 01 – Trabalhos publicados**

AUTORAS/ ES	ANO	UNIVERSIDADE/ REGIÃO	CURSO	TÍTULO
Ana Souza e Débora Madeira	2021	Universidade Federal de Viçosa REGIÃO SUDESTE	Direito	O exercício dos direitos sexuais e reprodutivos por mulheres com deficiência mental ou intelectual no direito brasileiro
Leiliane Bhering e Marcia Fontes	2021	Universidade Federal de Viçosa REGIÃO SUDESTE	Geografia Demografia Economia Doméstica	Famílias monoparentais masculinas: escolhas e sentimentos construídos em torno da monoparentalidade
Edilane Bertelli, Liliane Moser e Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski	2021	Universidade Federal de Santa Catarina REGIÃO SUL	Serviço Social e Economia	Famílias, mulheres e cuidados: efeitos da pandemia de Covid-19 no estado de Santa Catarina
Marcelo de Rezende Pinto, Danielle Ramos de Miranda Pereira e Daniela Goes Paraíso Lacerda	2019	Universidade Federal de Minas Gerais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  REGIÃO SUDESTE	Demografia, Administração e Economia	Rituais de consumo no dia das mães sob a ótica de traços da cultura brasileira
Fabiane Alves Regino, José Luiz do Amaral Corrêa de Araújo Júnior e Renato Macedo Filho	2017	Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal da Bahia  REGIÃO NORDESTE	Ciências Domésticas, Health Management, Planning and Policy, Planejamento de Sistemas de Saúde, Medicina, Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Economia Doméstica, Direito, Economia e Administração Pública	Mulher tem “prazo de validade”: a construção da maternidade em um serviço de reprodução humana assistida
Maria das Dôres Saraiva de Loreto, Caroline Silva Almeida Benini, Karla Maria Damiano Teixeira e Adriele Schmidt	2013	Universidade Federal de Viçosa  REGIÃO SUDESTE	Economia Doméstica	Ser pai na adolescência: algumas constatações
Elisa Maria Almeida Costa, Neide Maria de Almeida Pinto, Ana Louise de Carvalho Fiúza e Eveline Torres	2013	Universidade Federal de Viçosa  REGIÃO SUDESTE	Economia Doméstica, Ciências Sociais, Educação Física	Paralisia cerebral e cuidado: o que muda na vida De quem cuida?

Pereira Íris Ferreira de Sousa, Karla Maria Damiano Teixeira, Maria das Dores Saraiva de Loreto e Tereza Angélica Bartolomeu	2011	Universidade Federal de Viçosa  REGIÃO SUDESTE	Economia Doméstica	“... Não tem jeito de eu acordar hoje e dizer: hoje eu não vou ser mãe!”: trabalho, maternidade e redes de apoio
Lina Maria Soares, Karla Maria Damiano Teixeira, Maria das Dores Saraiva de Loreto e Eveline Torres Pereira	2011	Universidade Federal de Viçosa, Universidade Gama Filho, Instituto Federal de Minas Gerais  REGIÃO SUDESTE	Educação Física e Economia Doméstica	Maternidade e trabalho: percepções de bancárias
Maria Rodrigues, Karla Teixeira, Maria das Dores Loreto e Rita Ribeiro	2009	Universidade Federal de Viçosa,  REGIÃO SUDESTE	Economia Doméstica e Nutrição e Saúde	Percepção das mulheres sobre a vivência da maternidade tardia e suas repercussões no cotidiano feminino e familiar
Zuleika Pinheiro e Marcia Ludwig	2008	Universidade Federal de Viçosa e USP  REGIÃO SUDESTE	Economia Doméstica e Arquitetura e Urbanismo	Espaço doméstico e sustentabilidade: Um olhar para os homens “donos de casa”
Regina Silva, Neuza Silva, Maria Mattos e Lourdes da Silva	2006	Universidade Federal de Viçosa  REGIÃO SUDESTE	Economia Doméstica e Educação	As representações sociais das mães sobre a uniformização escolar: o caso do laboratório de desenvolvimento infantil
Auxiliadora Matos	2003	Universidade Federal de Viçosa  REGIÃO SUDESTE	Economia Doméstica	O filho é da mãe, o pai abre a carteira: Um estudo sobre os significados da maternidade sob a ótica das relações de gênero.

Fonte: Produzidos pelos autores com base nas publicações da revista Oikos UFV (1981-2021)

## Maternidade e interseccionalidade: a crítica feminista

Na revista *Oikos*, o debate sobre gênero tem destaque e suas implicações interseccionais, sobre as quais elencamos cinco artigos. O primeiro, Silva *et al.*, (2006) analisa as representações sociais a partir das narrativas das mães das crianças do Laboratório de Desenvolvimento Infantil sobre o cuidado dos uniformes escolares de seus filhos. O segundo, Pinto *et al.* (2019) avalia os rituais de consumo do dia das mães na cultura brasileira, enfatizando o “papel da mãe nas famílias, como alguém que é responsável por abastecer o lar não com bens materiais, mas com amor e afeto” (p. 19). Em concordância com a pesquisadora

Helena Hirata (2014), entendemos que o “cuidado” produzido pelas mulheres, que é apreendido como produção laboral, pode ser tanto o trabalho produtivo (remunerado) quanto o reprodutivo (não remunerado). Vale a pena dizer que os trabalhos do cuidado são realizados tradicional e gratuitamente na esfera doméstica e familiar pelas mulheres. Há de se destacar, em relação à maternidade, que Badinter (2011) a chama de “mito do instinto materno”, chamando a atenção para a construção social da maternidade.

Além do debate de gênero sobre o cuidado e o trabalho, no terceiro artigo, as autoras Souza e Madeira (2021) destacam os padrões normativos, ditados pela biomedicina, sobre as mulheres com deficiência. O artigo em questão chama a atenção para os direitos reprodutivos e sexuais de mulheres com deficiência, enfatizando o direito a maternidade e sexualidade à luz das legislações sobre o modelo social das pessoas com deficiências. Já no quarto o artigo, as autoras Rodrigues *et al.* (2009) vão ponderar, por meio de entrevistas, sobre o debate da experiência de mulheres que optaram pela “maternidade tardia” e analisam os efeitos da vida cotidiana delas. Conceituada no artigo como mulheres que engravidaram acima de 35 anos, destaca-se a construção de uma carreira, estabilidade financeira e emocional para a formulação desse projeto parental por meio da gestação e da maternidade. Em comparação como o quinto artigo dos autores Regino *et al.*(2017), a maternidade também aparece como um valor e como identidade feminina. Os autores analisam, a partir de entrevistas, as usuárias do serviço de reprodução humana no estado de Pernambuco, em Recife, discutindo as novas técnicas de reprodução, o debate da infertilidade e o lugar da mulher na esfera da reprodução, tendo como base da estrutura do modelo da organização social o patriarcado.

Em resposta ao modelo patriarcal, o movimento feminista, ao pôr em xeque as perspectivas das relações de gêneros, redirecionou o debate sobre as famílias. As análises sob a perspectiva do gênero, enquanto uma categoria analítica, contribuíram e contribuem para a compreensão e construção de sistemas de práticas e de valores que organizam o mundo social. Sherry Ortner, nos anos 1970, escreveu um artigo clássico chamado “Está a mulher para natureza assim como o homem está para cultura?”, que diz muito das preocupações das pesquisadoras/acadêmicas feministas da época. Em suma, a ideia foi tentar explicar o status das mulheres enquanto um aspecto secundário do feminino na sociedade e como isso aparecia como uma verdade universal. Ela queria entender a lógica que subjaz no pensamento cultural, a qual assume uma inferioridade feminina. A autora chega a três explicações para sua tese: as mulheres são inferiores aos homens por conta de (1) os elementos ideológicos culturais, (2) os esquemas simbólicos e (3) as classificações socioestruturais. Nesse cenário há a ideia de que há algo na espécie dominante (nos machos) que falta às fêmeas. Ela chega à conclusão de

que os processos corporais das mulheres que não têm uma função específica, a não ser para procriação (como os seios, menstruação etc.), seriam a base da submissão. Enquanto os homens criariam objetos que são duradores, eternos e transcendentais, as mulheres, por gerarem vidas perecíveis (os filhos), levariam o status da inferioridade feminina.

Sobre esse tensionamento entre o feminismo e a procriação/maternidade, Scavone (2001) aponta que os debates amadurecem entre o fim dos anos 1960 e meados da década de 1980. As mudanças advêm nas sociedades ocidentais devido às transformações realizadas após a Segunda Guerra Mundial: a grande rapidez da industrialização e da urbanização; a grande inserção das mulheres no mercado de trabalho; o controle da fecundidade e da contracepção por meio da medicalização, destacando-se a pílula contraceptiva.

A autora consagra três momentos do movimento feminista acerca das visões sobre a maternidade. No primeiro, foi entendido que a maternidade era um “defeito natural”, e a negação da maternidade seria o primeiro passo para acabar com a dominação masculina, e a mulher então seria reconhecida com outras potencialidades. O segundo momento é a negação do “defeito natural”, e a maternidade é posta como identidade e poder feminino de gerar filhos. E o último momento é a desconstrução do “defeito natural”, mostrando que “não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade” (*ibid*, p. 141). Este último adveio da expansão das novas tecnologias reprodutivas.

Vale a pena dizer que os movimentos feministas, além de trazerem tensionamento sobre a questão da maternidade, trazem outros marcadores da diferença postos em cena ao longo da história do movimento, mostrando sua pluralidade e concepções. Carneiro (2017) aponta que a crítica das feministas negras da década de 1980 está na essencialização da categoria mulher, em relação às feministas brancas:

Crítica das feministas negras na década de 1980 ao feminismo branco, que, em tese, havia essencializado a ideia de mulher, tanto no corpo quanto na noção de mulher branca, sem ponderar a respeito da diversidade entre as mulheres. Foi justamente por isso que as feministas negras passaram a dizer ser impossível de se reconhecerem enquanto sujeitos da experiência e de direitos sem que, a um só tempo, raça, classe e gênero se comunicassem e compusessem uma interface a não ser separada. (CARNEIRO, 2017, p. 419-420).

É importante destacar que o feminismo começa a ser pensado de uma perspectiva interseccional, dessa forma, não considera somente questões de gênero, como também questões de raça, classe social, sexualidade, geração, pessoa com deficiência e outros marcadores das diferenças. A autora Ângela Davis relembra os componentes ideológicos,

políticos e econômicos do modelo de produção escravista, que sustentam até os dias de hoje a dominação de classe. Ao realizar um percurso histórico, a autora destaca como os negros eram tratados como coisas (para obtenção de lucro), e não como seres humanos (DAVIS, 2016, p. 17). De maneira bastante elucidativa, Davis (2006) discorre sobre o fato de que, no período pós-abolição, as mulheres foram, no que tange à divisão do trabalho, divididas por uma ótica desigual. O culto à maternidade do século XIX enfatizou o papel das mulheres como mães, cuidadoras, afetuosas etc., porém, essa ideia da mulher ligada a esse ideal de feminilidade não incluía as mulheres escravizadas, que, “aos olhos de seus proprietários, não eram realmente mães” (DAVIS, 2016, p. 19), mas apenas reprodutoras.

Na mesma esteira de Orther, podemos destacar outro texto clássico, da pesquisadora/antropóloga/feminista Gayle Rubin (1993), chamado “Tráfico de mulheres, notas sobre a economia política do sexo”, também da década de 1970. Nesse artigo, ela faz uma crítica às teorias marxistas, freudianas e levistraussianas. A autora diz que as teorias podem fornecer instrumentos conceituais com os quais se podem elaborar descrições da área da vida social que é o lócus da opressão das mulheres. Dessa forma, ela cunha um conceito chamado sistema de sexo/gênero, que “é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (p. 3). Para a autora, os sistemas de parentesco são maneiras de exprimir empiricamente os sistemas de sexo/gênero. O parentesco expõe formas concretas da sexualidade organizada socialmente e as reproduzem.

Rubin (1993) reflete sobre a construção de análise de Lévi-Strauss, que entende que a essência dos sistemas de parentesco reside na troca de mulheres entre homens; ele vai, de acordo com Rubin, construir uma teoria implícita da opressão sexual. O intercâmbio de mulheres não seria o construtor da cultura, mas como bem apontado por Piscitelli (1998), trata-se de uma percepção de certas relações sociais da construção do sexo e gênero, cujo resultado é a ausência de plenos direitos para as mulheres. Como Rubin (1993, p. 25) aponta:

Os sistemas de parentesco não se limitam simplesmente a trocar mulheres. Eles trocam também acesso sexual, status genealógicos, nomes de estirpes e ancestrais, direitos e pessoas – homens, mulheres e crianças – dentro de sistemas concretos de relações sociais. Essas relações sempre incluem determinados direitos para os homens, e outros para as mulheres. “Troca de mulheres” é uma maneira sintética de expressar o fato de que as relações sociais de um sistema específico de parentesco determinam que os homens têm certos direitos sobre as mulheres de sua família, e que as mulheres não têm os mesmos direitos nem sobre si mesmas nem sobre seus parentes de sexo masculino. Nesse sentido, a troca de mulheres revela uma percepção profunda de um sistema no qual as mulheres não têm direitos plenos sobre si mesmas.

O que se tinha de contexto, como apontado por Ortner (1979) e o que também aparece nas análises de Rubin (1993), era o desejo por parte das agendas políticas das pesquisadoras feministas de uma mudança de ordem social e cultural na qual a classificação do potencial do mundo fosse aberto para as mulheres tanto quanto para os homens. Para que pudéssemos repensar nas maternidades, paternidades e parentalidade.

## Maternidade e cuidado

A discussão que se produz na interface entre os conceitos analíticos “maternidade” e “cuidado” mobiliza uma série de questões sociais e temas de pesquisa. Os debates são possíveis a partir de diferentes áreas de conhecimentos e suas vertentes epistemológicas. Porém, é fundamentalmente imperioso marcar os impactos que os estudos de gênero e o alargamento que seus alcances analíticos possibilitaram para os resultados apresentados. Os cinco artigos que compõem esse eixo refletem mais ou menos diretamente esse marco, conforme poderemos falar mais adiante.

A ideia em torno do cuidado e da maternidade tem sido pautada historicamente por noções essencializantes e naturalizadas (TRONTO, 1997), e majoritariamente centrada sobre os corpos femininos e suas “potencialidades”. Nesse sentido, e ao contrário do que se reproduz, há um constructo sociopolítico e cultural de aprendizado do exercício do cuidado, como a maternidade, como uma atribuição a ser desempenhada pelas mulheres (CYRINO, 2009). Em face disso, situações de inabilidade em práticas de cuidado ou o não exercício da maternidade, por exemplo, são interpelados como um erro na natureza delas.

Os cinco artigos que compõem essa discussão foram organizados a partir de dois eixos centrais. O primeiro aborda a relação entre maternidade, cuidado e trabalho remunerado. O segundo problematiza práticas de cuidado e maternidade em contextos de saúde/doença.

Um ponto central e que entrecruza todos os artigos é relativo à constituição das redes de apoio. Elas são instituídas de maneiras formais ou informais, segundo fatores de classe, e por familiares ou não familiares (PICANÇO, 2005), conforme o acesso à família de origem. Há que se destacar que o cuidado, mesmo nesses cenários, ainda é exclusivamente dedicado às mulheres – avós, tias, professoras, cuidadoras, babás etc. O estranhamento consecutivo da ausência do “cuidado masculino”, se é possível generificar essas ações, compõe um cenário mais amplo, pelo qual as desigualdades estruturais são permeadas e reproduzidas no cenário social.

Abrindo, o primeiro eixo de análise apresenta os textos “Maternidade e trabalho: percepções de bancárias”, de autoria de Lina Maria Soares *et al.*, publicado em 2011; “...Não tem jeito de eu acordar hoje e dizer: hoje eu não vou ser mãe!': trabalho, maternidade e redes de apoio”, que também compõe a edição de 2011, de autoria de Íris Ferreira de Sousa *et al.*; e “O filho é da mãe, o pai abre a carteira: um estudo sobre os significados da maternidade sob a ótica das relações de gênero”, publicado em 2003 por Auxiliadora Aparecida Matos.

O trabalho de Soares *et al.* (2011) traz uma abordagem que está diretamente relacionada a outra, a de classes sociais. As mulheres bancárias, trabalhadoras do setor público ou de empresas privadas possuem maior nível de instrução e rentabilidade, o que lhes possibilita acesso a serviços pagos de cuidado aos seus filhos. As autoras, ao analisarem o Programa de Responsabilidade Social corporativa dos seus vínculos a partir de projetos voltados a mulheres gestantes ou mães, perceberam que algumas empresas ainda não ofertavam ações voltadas para a maternidade. Somente o direito à licença-maternidade, garantido por lei, era de conhecimento e de garantia a todas as entrevistadas. Na prática daquelas que o possuíam, as mulheres geralmente não tinham acesso aos serviços garantidos pelas empresas, fosse pelo desconhecimento ou pela dificuldade em negociá-los. O trabalho remunerado que mantêm permanece vinculado ao doméstico e ao cuidado dos seus filhos pequenos.

Sousa *et al.* (2011) traz dados de uma pesquisa realizada com mulheres trabalhadoras “jovens” (antes dos 25 anos de idade) ou “mães tardias” (após os 35 anos de idade). A pesquisa reporta à administração da vida pessoal aos domínios do trabalho remunerado e familiar/maternidade e conta como panorama a ideia em torno do planejamento familiar. As autoras sugerem que a maternidade de mulheres jovens não é planejada e por isso essas mulheres são mobilizadoras de redes informais de cuidado, geralmente na própria família, com auxílio de tempo e dinheiro das avós das crianças, para administrarem outras esferas do curso da vida, como o trabalho remunerado. Ao contrário, a maternidade “tardia” é organizada por mulheres em situação econômica de estabilidade financeira juntamente a outras esferas das suas vidas, como a própria conjugalidade. Na análise das autoras, isso favorece o acionamento de redes formais de apoio, como creches e a contratação de babás.

Fechando essa primeira discussão, Matos (2003) provoca o estranhamento em torno das representações sobre maternidade e paternidade, segundo noções “naturais” e “sociais”, respectivamente. Nesse processo, os homens não são, e tampouco se percebem, como corresponsáveis pelo cuidado das crianças. A responsabilização financeira reforça a assimetria de gênero, na qual ao homem é destinado o espaço público, o trabalho remunerado e a

ideação de “provedor”. O cuidado de crianças, pautado em ações consideradas “femininas”, de menor valor e não remuneradas, torna-se o oposto do que se espera dos homens. Naquele contexto de início dos anos 2000, já despontavam noções relativas à “nova paternidade”, o que sugeriria a desconstrução do cuidado como algo que envolve os homens em outras formas de assistência familiar.

O segundo eixo é composto pelos artigos “Paralisia cerebral e cuidado: o que muda na vida de quem cuida?”, publicado em 2013 por Elisa Maria Almeida Costa *et al.*, e “Famílias, mulheres e cuidados: efeitos da pandemia da Covid-19 no estado de Santa Catarina”, publicado no ano corrente e de autoria de Edilane Bertelli *et al.*

Almeida *et al.* (2013) se dedicou a compreender os efeitos psicológicos, físicos e sociais de cuidadores de pessoas com paralisia cerebral. Em sua pesquisa, atenta ao modo como é naturalizado, a partir de um padrão sexista, o cuidado dessas pessoas é feito por mulheres da família, e mesmo quando auxiliadas, a rede de apoio também é composta por outras mulheres – geralmente com algum vínculo de proximidade. As atividades de cuidado diário, como alimentação e higiene, são incorporadas à rotina doméstica das mulheres. Por isso, as atividades não são compreendidas como um trabalho, e a cuidadora principal tem suas prioridades invisibilizadas. Foi observado pela autora a participação dos companheiros ou outros homens no cuidado, mas de forma auxiliar, como uma “ajudinha”, e restrita a algumas ações.

O atual cenário, marcado pela emergência da Covid-19, foi analisado por Bertelli, Moser e Gelinski (2021). As autoras, dedicadas a pensar os efeitos da pandemia sobre as dinâmicas familiares, identificaram a sobrecarga sobre as atividades desempenhadas pelas mulheres em decorrência do isolamento social e da suspensão das aulas presenciais nas escolas do país. O estudo exploratório ressaltou a forma como a ausência de políticas sociais num período marcado por incertezas e pelo agravamento da instabilidade econômica era também uma questão de classe, sexo/gênero e étnico-racial, pela forma como os efeitos da pandemia afetava diferencialmente os sujeitos sociais. Quanto mais acentuadas as desigualdades estruturais, menores eram as “garantias” sobre os sujeitos, como foi o caso de famílias pertencentes a camadas populares que frequentavam escolas públicas.

Mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, arregimentando a proteção social e a garantia de direitos a sujeitos historicamente marginalizados como função do Estado, bem como o ímpeto feminista em provocar a desconstrução dos estereótipos que estruturam papéis sociais de gênero, há a permanência, por vezes institucionalizada, do cuidado como atributo feminino. Predomina-se a associação entre o “feminino” e o cuidado,

sendo por vezes lidas como equivalentes (GUIMARÃES, 2008). Nisso, as práticas que compreendem o cuidado, sobretudo quando voltadas para o âmbito privado/familiar, permanecem sendo direcionadas, de forma legitimada ou sutilmente, às mulheres. A desconstrução dessa concepção engendradora tem caminhado a passos curtos e ainda fortemente arraigada a uma concepção da “natureza do cuidado”.

### **Representações sociais sobre a Paternidade (e a Maternidade).**

Há um acúmulo na produção de conhecimento acerca da paternidade e na profusão de iniciativas vinculadas a movimentos sociais para um maior envolvimento dos homens na arena do cuidado. Políticas públicas, particularmente no campo da saúde, vêm desenvolvendo esforços para inclusão dos homens na atenção ao pré-natal, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), que também constitui outro exemplo importante e recente (PROMUNDO, 2019). No tocante à paternidade, identificamos três artigos. Não é uma produção vasta, o que já é revelador do campo de interesse sobre paternidade nas discussões elencadas pela revista.

O artigo de Matos (2003) nos brinda com reflexões sobre maternidade e paternidade como concepções social e culturalmente construídas. O significado da maternidade para mulheres que têm o desejo de serem mães se converte em um projeto central das suas vidas, enquanto os homens desempenham um papel mais periférico nesse projeto. Na visão de seus interlocutores e interlocutoras, o pai não é visto como um protagonista do cuidado, mas, ao contrário, reifica a noção tradicional de homem-provedor financeiro da família. Essa noção é uma dimensão importante na construção da masculinidade e traz outra noção importante para os homens adiante da reprodução: a responsabilidade masculina na saúde sexual e reprodutiva, elencada em documentos nacionais e internacionais (ARILHA, 2005).

Ainda que não diretamente relacionado ao tema da paternidade, mas apontando para a esfera do cuidado no mundo privado, Pinheiro e Ludwig (2008) mostram a rotina de “homens donos de casa”. O trabalho doméstico não remunerado nos mostra como a divisão sexual do trabalho não produtivo ainda é hierarquizada e assimétrica. De maneira geral, essas tarefas do cuidado da casa estão a cargo das mulheres, não havendo remuneração específica, e com pouca participação masculina, ainda que se percebam deslocamentos nesse cenário. Contudo, ser um “homem dono de casa” não é um atributo socialmente valorizado, tampouco desempenhado por muitos homens.

No entanto, vale destacar que no cenário de rearranjos laborais, é possível notar, sobretudo em centros urbanos, experiências similares àquela descrita pelas autoras. O estudo de Viveros-González (2019) com homens colombianos, protagonistas do cuidado da casa e das crianças, enquanto suas companheiras exercem trabalho remunerado para o sustento financeiro da família, nos mostra o quão essa realidade é vivida ainda sob o signo da excepcionalidade e do enfrentamento da vergonha pública, e é também geradora de tensões e dilemas acerca da masculinidade desses homens.

O artigo de Rodrigues e colaboradoras (2009) sobre maternidade tardia; o de Soares e colaboradoras (2011) sobre maternidade bancária; e o de Sousa e colaboradoras (2011) sobre a interface família-trabalho mostram de maneira contundente o quanto o trabalho do cuidado é oneroso para as mulheres. Os mandatos culturais de gênero sobre maternidade naturalizam o amor materno, que termina por ser visto como valor máximo da abnegação e dedicação. Por outro lado, o papel periférico dos homens no cenário no cuidado reifica as noções de homem-provedor e homem-desertor, produzindo discursos que têm sido questionados a partir de experiências de trabalho com homens na América Latina (HERRERA *et al.*, 2018). Não se trata da mudança de homem-provedor ou homem-desertor para a do homem-cuidador, mas da constituição de mais uma faceta que retrata que a complexidade, ambivalências e contradições estão presentes nesse campo.

Costa e colaboradoras (2013) nos convocam a pensar sobre os cuidados de crianças com deficiência. Em seu estudo sobre crianças com paralisia cerebral, podemos mais uma vez constatar a sobrecarga do cuidado sobre as mães e a pouca presença/ausência do pai. A figura do homem-desertor das responsabilidades no cuidado de uma criança não típica e que necessita de cuidados devido a uma questão de saúde crônica tem sido bastante documentada no campo da saúde (MOREIRA, 2019). O caso da epidemia de zika que assolou o Brasil a partir de 2015 demonstrou mais uma vez a assimetria de gênero e de classe social diante dos cuidados com as crianças que nasceram com a síndrome congênita do zika vírus (SCZV), conforme nos alerta Nascimento e colaboradoras (2020).

E quando homens participam ativamente do cuidado de seus filhos com deficiência, há um estranhamento social que remete à noção ainda vigente e naturalizada do homem-desertor e pela excepcionalidade do cuidado masculino (FIGUEROA & FLORES GARRIDO, 2012). Além disso, em grande parte das vezes, esses homens são vistos como super-heróis, obtendo um reconhecimento social distinto daqueles dirigidos às mulheres que “não fariam mais do que sua obrigação” (NASCIMENTO *et al.*, 2020).

O artigo de Bertelli e colaboradoras (2021) nos mostra como a pandemia de Covid-19 mais uma vez expôs de maneira contundente as assimetrias de gênero, baseadas na divisão sexual do trabalho do cuidado. A pesquisa das autoras mostra como a pandemia provocou uma sobrecarga de trabalho para as mulheres no estado de Santa Catarina. Isso tem sido documentado em todo o mundo, apontando mais uma vez para a necessidade de se encarar o cuidado nas suas dimensões sociais, culturais, econômicas e, sobretudo, políticas (PIMENTA e colaboradores, 2021).

Dessa maneira, nos parece importante ressaltar alguns aspectos contemporâneos na discussão sobre paternidade. Não é por casualidade que a paternidade aparece sempre adjetivada como “paternidade participativa”, “paternidade responsável” ou “paternidade equitativa” em detrimento da maternidade que se apresenta como um termo autoexplicativo: mães são “naturalmente” responsáveis e participativas.

Nessa direção, esse conjunto de artigos mostram as vicissitudes que a maternidade traz para a vida das mulheres e das famílias. A maternidade não trata de um projeto subjetivo e individual da vida das mulheres e dos casais; traz no seu bojo a dimensão política da reprodução e do cuidado com as crianças. A conciliação entre vida laboral e familiar tem sido tema recorrente nas agendas internacionais como demanda de grupos feministas com vistas a dissolver a assimetria de gênero e classe social que está imbricada nos cuidados das crianças, das famílias e dos idosos.

Portanto, repensar a cultura do cuidado na educação dos meninos e da vida adulta dos homens é uma tarefa imprescindível para a construção de uma vida mais justa, solidária e democrática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre maternidades, paternidades e parentalidades implica, entre outros caminhos possíveis, pensar sobre o cuidado. Como nos lembram Hirata e Guimarães (2012), o cuidado, ou o *care*, termo em inglês que se tem popularizado nas obras em português, implica preocupar-se e estar atento às necessidades do outro, sendo uma prática ou uma disposição moral, que revela, em última instância, “que somos todos vulneráveis e necessitamos de cuidado, em algum momento de nossas vidas, e somos portanto, e ao mesmo tempo, provedores e beneficiários do *care*, ao longo da história de nossas vidas” (HIRATA e GUIMARÃES, 2012, p. 2).

No caso das crianças, filhos e filhas, o trabalho do cuidado não é tarefa única e exclusiva de seus pais, mas envolve também um conjunto de pessoas e instituições que atuam nessa tarefa: cuidadoras pagas, creches, escolas, avós, irmãos e irmãs mais velhos(as), entre outras, se destacam nesse cenário. Portanto, o cuidado não diz respeito somente ao mundo privado e da esfera subjetiva de mulheres e homens, mas é preciso também ser discutido à luz de suas dimensões ética, econômica, social, cultural e política.

O trabalho do cuidado, remunerado ou não, também revela assimetrias e hierarquias sociais. Mulheres e mães são protagonistas na cena do cuidado: cuidam das crianças, das famílias, dos idosos(as), tanto no mundo privado quanto no público, atuando como as profissionais do cuidado, como nos tem mostrado, de maneira irrefutável, a pandemia de Covid-19.

No mundo privado, devido a mandatos culturais sobre masculinidade e feminilidade, as meninas são educadas para cuidar, diferindo-se da socialização dos meninos, que são educados para atuar, primordialmente, no mundo público. Nesse sentido, quando analisamos o trabalho do cuidado, a partir de uma perspectiva de gênero, vemos que há uma sobrecarga de trabalho, sobretudo não remunerado, sobre os ombros das mulheres e meninas. Certamente, isso não significa que homens não cuidem ou sejam incapazes para o cuidado; ou, ainda, que não se percebam algumas movimentações na direção de maior envolvimento e participação dos homens na esfera do cuidado.

Por fim, concluímos que ser mãe e ser pai implica a construção de um repertório de cuidado, influenciado por marcadores sociais da diferença para além do gênero: cor/raça, geração, classe social, orientação sexual e identidade de gênero, que precisam ser levados em consideração para compreender as dinâmicas parentais e familiares e seus desafios teóricos e práticos na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

ARILHA, M. **O masculino em conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero** [tese de doutorado]. São Paulo: USP, 2005.

BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BUTLER, Judith. Regulaciones de género. **La ventana. Revista de estudios de género**, v. 3, n. 23, p. 7-36, 2006.

- CARNEIRO, Rosamaria. O peso do corpo negro feminino no mercado da saúde: mulheres, profissionais e feministas em suas perspectivas. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 394-424, 31 dez. 2017.
- CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 66-92, 2009.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo. 2016.
- FIGUEROA PEREA, Juan Guillermo; FLORES GARRIDO, Natalia. Prácticas de cuidado y modelos emergentes en las relaciones de género: La experiencia de algunos varones mexicanos. La ventana. *Revista de estudios de género*, v. 4, n. 35, p. 7-57, 2012.
- FITERMAN, Hannah; CAMPOS MOREIRA, Lúcia Vaz de. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. *Polis (Santiago)*, v. 17, n. 50, p. 47-68, 2018.
- FONSECA, Claudia Lee Williams. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a "transpolinização" entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. *Ilha: revista de antropologia*. Florianópolis, SC. Vol. 5, n. 2 (dez. 2003), p. 5-29, 2003.
- GONZÁLEZ-VIVEROS, MC. **Padres principales cuidadores de sus hijos y madres principales proveedoras económicas: reconfiguraciones identitarias y prácticas relacionales hacia trascender el género** [tesis doctoral]. Bogotá: Universidad de los Andes, 2019.
- GUIMARÃES, Raquel. Deficiência e cuidado: por que abordar gênero nesta relação? *Revista SER social*, v. 10, n. 22, p. 213-238, 2008.
- HERRERA, Florencia; AGUAYO, Francisco; WEIL, Jael Goldsmith. Proveer, cuidar y criar: evidencias, discursos y experiencias sobre paternidad en América Latina. *Polis (Santiago)*, v. 17, n. 50, p. 1-11, 2018.
- HIRATA, H & GUIMARÃES, N. Introdução. In: Hirata, H & Guimarães, N. (org.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Ed. Atlas, 2012, p. 1-11.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, p. 61-73, 2014.
- MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Trajetórias e experiências morais de adoecimento raro e crônico em biografias: um ensaio teórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 3.651-3.661, 2019.
- NASCIMENTO, M; MOREIRA, MCN; MENDES, CHF. **Cuidado paterno en tiempos de ZIKA: qué dicen los hombres sobre el cuidado de niños y niñas afectados por la SCZ**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2020.
- ORTNER, Sherry. **Está a mulher para a natureza, assim como o homem para a cultura**. ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OVERING, Joanna; FORTIS, Paolo; MARGIOTTI, Margherita. Kinship in Anthropology. **International encyclopedia of the social & behavioral sciences**, online version updated, v. 2004, p. 8.098-105, 2001.

PICANÇO, Felícia. **Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e a vida familiar**. In: ARAÚJO, Clara.; SCALON, Celi. Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PIMENTA, DN *et al.* **Leituras de Gênero sobre a Covid-19 no Brasil**. MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., e SEGATA, J., (eds). Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19; Editora Fiocruz, 2021.

PISCITELLI, A. "Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco". In: **Revista Estudos feministas**, ano 6, segundo semestre, 1998.

PROMUNDO. **A situação da paternidade no Brasil: tempo de agir**. Rio de Janeiro: Promundo, 2019.

RIBEIRO, Cláudia Regina; GOMES, Romeu; MOREIRA, Martha Cristina Nunes. A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero. **Ciência & saúde coletiva**, v. 20, p. 3.589-3.598, 2015.

RUBIN, Gayle. "El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo". **Nueva Antropología**, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

TRONTO, Joan. **Mulheres e cuidado: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?** In: JAGGAR, A.; BORDO, S. Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.